

20 Anos de PAIUNG

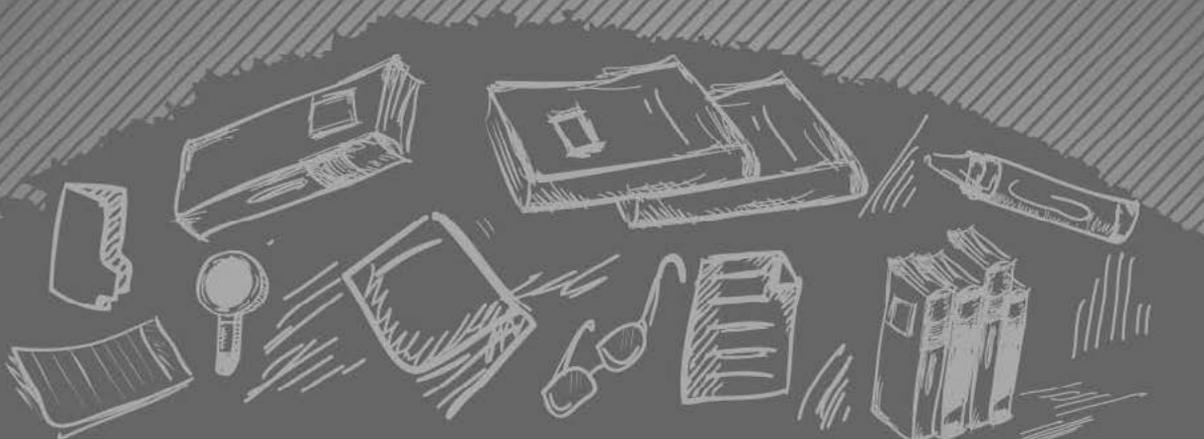


AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM IES COMUNITÁRIAS



ORGANIZADORES

Alessandra Maria Scarton
Ana Lúcia Souza de Freitas
Greice Scremin
Marcos Eduardo Casa
Maria Cristina Gubiani Aita
Marion Creutzberg



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM IES COMUNITÁRIAS





Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Jorge Luís Nicolas Audy | **Presidente**

Jorge Campos da Costa | **Editor-Chefe**

Jeronimo Carlos Santos Braga | **Diretor**

Agemir Bavaresco

Ana Maria Mello

Augusto Buchweitz

Augusto Mussi

Bettina S. dos Santos

Carlos Gerbase

Carlos Graeff Teixeira

Clarice Beatriz da Costa Sohngen

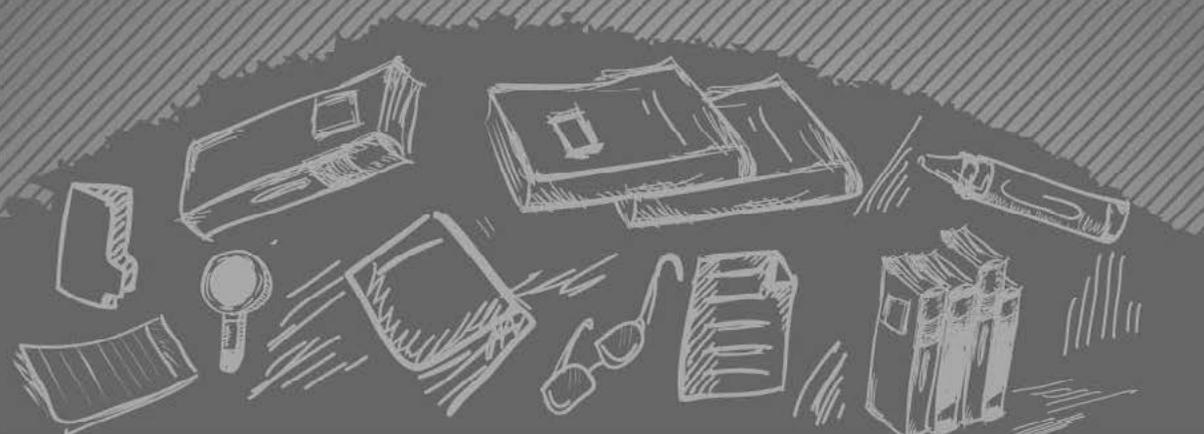
Cláudio Luís C. Frankenberg

Erico Joao Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Lauro Kopper Filho

20 Anos de PAIUNG



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM IES COMUNITÁRIAS

ORGANIZADORES

Alessandra Maria Scarton
Ana Lúcia Souza de Freitas
Greice Scremin
Marcos Eduardo Casa
Maria Cristina Gubiani Aita
Marion Creutzberg



edipucrs

Porto Alegre, 2014

© EDIPUCRS 2014

DESIGN GRÁFICO [CAPA] dani.Editorial

DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO] dani.Editorial

REVISÃO DE TEXTO Gaia Assessoria Linguística

Edição revisada segundo o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

E-mail: edipucrs@pucrs.br

Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A945 Avaliação institucional em IES comunitárias [recurso eletrônico] / org. Alessandra Maria Scarton [et al.]. – Dados Eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2014. 168 p.

Modo de Acesso: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>
ISBN 978-85-397-0543-6

1. Universidades – Brasil – Avaliação Institucional.
2. Ensino Superior – Brasil – Avaliação Institucional.
3. Universidades Comunitárias. I. Scarton, Alessandra Maria.

CDD 378.81

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

A AUTOAVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA IES: COMO APROXIMAR?

*Marion Creutzberg
Alam de Oliveira Casartelli*

A articulação entre a autoavaliação institucional e o planejamento da instituição de Educação Superior (IES) tem sido tema de debate na história do PAIUNG. O novo instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado pelo INEP/MEC em janeiro de 2014, reforça a necessidade dessa discussão, uma vez que inclui a articulação entre a avaliação e o planejamento, de forma mais precisa, como indicador de avaliação e de qualidade das IES (BRASIL/MEC, 2014). Como dito, o pressuposto de que avaliação subsidia a gestão e a tomada de decisão não é novo.

Desde a proposição do SINAES em 2003, destaca-se que o sistema de avaliação deve ser fruto de trabalho coletivo e tem as funções de “informação para a tomada de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas” (BRASIL/MEC/INEP, 2009, p. 92).

O planejamento pressupõe etapa de diagnóstico e avaliação, e com isso todos concordam. A questão que faz emergir discussões é se a autoavaliação institucional, na forma como está prevista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2004), tem relevância nos processos de gestão, de planejamento e de inovação das instituições. Certamente, este é um aspecto que continuará permeando as

reflexões no contexto do PAIUNG, assim como tem sido objeto de estudos por outros autores (MABA; MARINHO, 2012).

No intuito de contribuir com a temática, o artigo aborda as possibilidades de ampliar a articulação entre a autoavaliação e o planejamento. Trata-se de relato de experiência que, partindo de breves considerações sobre o instrumento de avaliação institucional externa, especialmente na perspectiva da articulação entre avaliação, planejamento e gestão, entrelaça as experiências dos autores como integrantes dos setores de avaliação e de planejamento na PUCRS, como participantes do PAIUNG e como pesquisadores na área, com as experiências da CPA/PUCRS.

O instrumento de avaliação institucional externa: características e desafios

A elaboração do instrumento de avaliação institucional externa, em vigência desde janeiro de 2014, foi orientada pela diversidade das instituições no que tange à sua trajetória e à sua identidade, pelas diretrizes do SINAES e pela qualidade da educação superior. A proposta inicial foi redigida com ampla discussão de comissão nomeada pelo INEP (BRASIL/MEC/INEP, 2012, 2013) e sua redação final foi precedida por um processo de audiência pública.

O instrumento é matricial e deve subsidiar a avaliação das IES de diferentes naturezas (organização acadêmica e categoria administrativa) e diversos atos regulatórios (credenciamento e credenciamento presencial, bem como a transformação de organização acadêmica).

O instrumento está organizado em cinco eixos, precedidos da contextualização da IES, que inclui itens que permitem um conhecimento amplo da identidade da instituição.

Os eixos consideram as dez dimensões do SINAES e os respectivos indicadores:

Eixo 1 - Planejamento e avaliação institucional;

Eixo 2 - Desenvolvimento institucional;

Eixo 3 - Políticas acadêmicas;

Eixo 4 - Políticas de gestão;

Eixo 5 - Infraestrutura física.

São 51 indicadores, distribuídos ao longo dos eixos, que devem ser avaliados e aos quais são atribuídos conceitos a serem justificados individualmente. Um conjunto de dezoito dispositivos compõe os requisitos legais e normativos que integram o instrumento e têm a finalidade de subsidiar a regulação. O documento é complementado, ainda, por um glossário, de maneira a permitir a uniformidade na interpretação da terminologia.

A articulação entre a avaliação e o planejamento permeia todo o instrumento, a medida que a coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as práticas institucionais é solicitada em todas as dimensões, como já o era no instrumento anterior. No entanto, a inclusão do Relato Institucional, bem como a organização do Eixo 1, a destacam com maior ênfase.

No Relato Institucional, a IES tem a possibilidade de apresentar o seu processo de desenvolvimento, com base nos consecutivos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Relatórios de Autoavaliação. Caso utilize como forma de gestão o Planejamento Estratégico (PE), este é o momento de apresentá-lo, na perspectiva do desenvolvimento institucional ao longo dos tempos. Ao mesmo tempo em que o Relato Institucional permite uma avaliação mais contextualizada, mais próxima da realidade e mais coerente com a identidade institucional, exige da IES a demonstração de que efetivamente se desenvolve a partir de um planejamento a médio e longo prazo, balizado também pelos resultados de avaliação.

O Relato Institucional, embora constitua um documento próprio, é avaliado como primeiro indicador no contexto do Eixo 1. Isso reitera a essencialidade da articulação entre o planejamento e a avaliação e a contribuição desta para o desenvolvimento institucional.

Na sequência dos indicadores do Eixo 1, são considerados os processos de autoavaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a sua relação com o planejamento. Dessa forma, também a importância da CPA é ressaltada, exigindo investimento na implantação de mecanismos que garantam a articulação das suas ações com as instâncias de gestão e planejamento. Às CPAs devem ser ofertadas condições de desenvolvimento, como infraestrutura, recursos humanos e tecnológicos adequados às suas atribuições. Também impõe à importância de formação e de capacitação contínua dos membros da CPA, com representação de todos os segmentos da instituição, inclusive os de gestão.

Possibilidades para a aproximação entre a autoavaliação e o planejamento

A articulação da avaliação prevista no SINAES com o planejamento estratégico não foi automática na experiência da PUCRS. Há aí um processo de amadurecimento e de alinhamento consolidado progressivamente à medida que os resultados de avaliação foram sendo utilizados pelos gestores para ampliar seus diagnósticos e desenvolver ações estratégicas para a melhoria de fragilidades identificadas. Um breve olhar para a história dos quase dez anos da reorganização da avaliação na instituição, permite identificar aspectos que favoreceram a articulação, conforme descrito nos tópicos a seguir.

A constituição da CPA: articulação dos setores

No contexto das IES, a Lei do SINAES indicou a criação da CPA como responsável pela condução dos processos avaliativos. Fundamentadas no disposto pela lei e nas funções da avaliação, as IES do COMUNG, como se pode perceber nas diferentes publicações do PAIUNG, reorganizaram seus processos avaliativos para atendimento ao SINAES. Na PUCRS não foi diferente: em 2004, dando continuidade à sua história de avaliação, iniciou um novo período no que diz respeito à avaliação.

A CPA/PUCRS foi instituída em janeiro de 2005 e assumiu, desde aquele momento, a condução da autoavaliação institucional na universidade. A CPA tem regulamento próprio que prevê a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, tanto para atender ao disposto na lei, quanto para atender às necessidades de organização e capilaridade da avaliação. Assim há representantes indicados pela Associação dos Docentes e Pesquisadores da PUCRS, Associação dos Funcionários da PUCRS, Diretório Central de Estudantes e pelos discentes da pós-graduação *stricto sensu*. Inclui membros que, por meio de seus cargos e funções se envolvem nos processos de avaliação do SINAES e na produção de conhecimento em avaliação, quais sejam: representantes de coordenadorias e de assessorias de avaliação das pró-reitorias, o Procurador Institucional (PI), representante da Faculdade de Educação e da Assessoria de Planejamento. Com o intuito de garantir a capilaridade da CPA, outros segmentos e órgãos mantêm representação, como o setor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação e a Assessoria de Comunicação. Essas representações distribuem-se em doze membros na CPA e em onze na Comissão Técnica de Avaliação (CTA). A CTA desenvolve e operacionaliza os processos avaliativos, enquanto a CPA tem uma atuação consultiva e deliberativa. A CPA é nomeada pelo Reitor, anualmente, podendo reconduzir os integrantes.

A CPA reúne-se, pelo menos, uma vez ao mês, enquanto a CTA, no mínimo, quinzenalmente. As reuniões são abertas à comunidade universitária. Em diversos momentos, a CTA reúne-se com grupos específicos para a discussão de temáticas referentes aos processos de avaliação, bem como dos resultados de avaliações internas e externas e acompanhamento de ações decorrentes desses processos. A Subcomissão de Sistematização dos Processos de Avaliação se reúne semanalmente e tem grande parte da sua carga horária destinada à avaliação.

Com base nessa experiência de constituição da CPA/PUCRS, destaca-se como aspectos contributivos à articulação entre avaliação e planejamento os pontos que seguem.

Inclusão de representante do planejamento: desde a primeira constituição da CPA, houve a participação da Assessoria de Planejamento, fator que foi essencial para que, ao longo do tempo, fossem sendo construídas relações entre a autoavaliação e o plano estratégico. No período de definição de indicadores, diversos processos avaliativos transformaram-se em indicadores de desempenho das pró-reitorias e das faculdades.

Participação do PI e coordenadores/assessores de avaliação, como membros da CPA: a inclusão do PI e de coordenadores e assessores envolvidos na avaliação externa da graduação e da pós-graduação possibilitou a perspectiva da globalidade dos processos. Permitiu à CPA qualificar a articulação das dimensões interna e externa da avaliação, com a incorporação de informações provindas do Cadastro das IES (e-MEC), do Censo da Educação Superior, das avaliações externas da graduação (ENADE e avaliação *in loco*), das informações e avaliações da pós-graduação, para a melhor compreensão da relação entre regulação e avaliação com o planejamento institucional. A articulação desses atores, por meio da CPA, evidencia a necessidade de que estratégias sejam implantadas com a finalidade de atendimento à regulação, bem como à melhoria no desempenho em avaliações externas.

Participação de diferentes setores: a garantia da presença e efetiva participação de representantes das pró-reitorias e de assessorias da Reitoria garantiu o desenvolvimento da compreensão de que a avaliação é institucional e, não apenas, de responsabilidade do setor acadêmico.

A centralidade da avaliação institucional na concepção do SINAES (BRASIL/MEC/INEP, 2009) apontou para a necessidade dessa composição dinâmica das CPAs e percebeu-se, ao longo do período, que ela permitiu o envolvimento de seus membros em aspectos fundamentais do planejamento. Como

exemplo, cita-se a participação efetiva de membros da CPA/CTA na elaboração do PDI 2011-2015, que foi concebido de forma alinhada ao PE 2011-2015.

A organização da avaliação: geração de indicadores

O SINAES desencadeou a implantação de diversos processos avaliativos dentro da universidade. Interessante destacar que a CPA não é a única responsável pelo desenvolvimento das diferentes avaliações e, sim, pela articulação dos diversos processos de avaliação interna e externa. A Figura 1 sintetiza os processos avaliativos existentes na universidade, vinculados aos cinco eixos e às dez dimensões do SINAES.

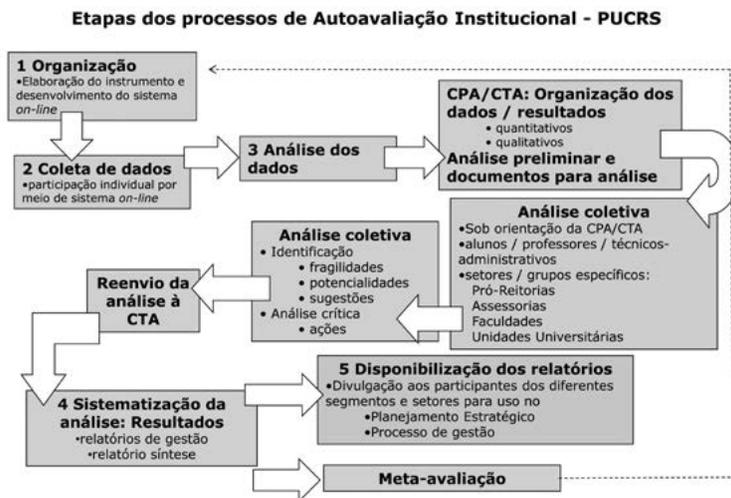


Figura 1. Síntese dos processos que integram a autoavaliação institucional. PUCRS, 2014

A periodicidade dos diferentes processos depende do tipo de avaliação. Há avaliações que, por sua natureza, precisam ser semestrais; outras são realizadas com intervalos maiores, pois as ações advindas dos resultados demandam prazos de médio a longo período. Os públicos também são diversos, dependendo da avaliação. Alunos, professores, téc-

nicos-administrativos, gestores, diretores, coordenadores, diplomados, usuários e público em geral participam das diferentes avaliações, respondendo acerca de seu nível de satisfação e manifestando, também de forma qualitativa, suas opiniões em relação a diferentes aspectos.

Quanto à organização, destaca-se como contribuição à articulação entre avaliação e planejamento:

Definição de indicadores: todas as avaliações geram indicador(es), seja de natureza estratégica, tática ou operacional. Os indicadores definidos são acompanhados sistematicamente em diversas instâncias.

As etapas da autoavaliação: geração de subsídios para o planejamento

Independentemente do processo avaliativo, as avaliações internas seguem etapas que, ao longo do período, foram consolidadas e estão sempre presentes. Atualmente, as etapas são organizadas em cinco momentos: organização, coleta de dados, análise dos dados, sistematização da análise e disponibilização dos relatórios, conforme Figura 2.

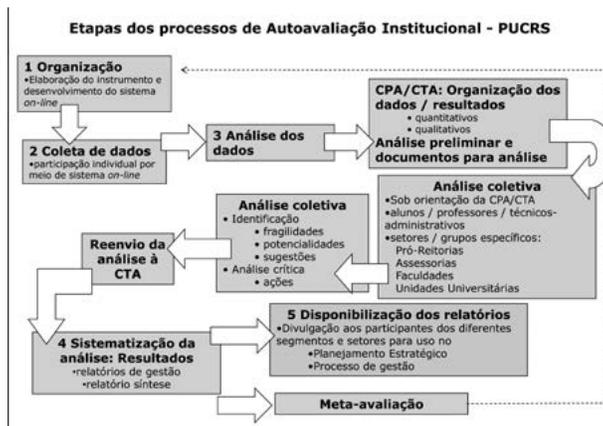


Figura 2. Etapas dos processos de autoavaliação institucional. PUCRS, 2014

A etapa da “organização” inclui a elaboração e a validação do instrumento. A elaboração de instrumentos consti-

tui uma importante etapa e exige que se dediquem períodos de ampla reflexão e debate para que estes reflitam as concepções e as finalidades a que se pretende atender. As experiências desenvolvidas na universidade têm demonstrado que a elaboração do instrumento envolve uma série de ações imprescindíveis: análise de demandas de novas avaliações e/ou adequações/ajustes em instrumentos já implantados; reflexão acerca dos conceitos e fundamentos da avaliação a ser implantada, com a elaboração de documento orientador e plano de trabalho, conduzida por um grupo de trabalho, mas garantindo participação e representatividade no processo; levantamento das experiências prévias de avaliação no setor ou na dimensão a ser avaliada; elaboração de primeira versão do instrumento a partir das concepções, sugestões dos envolvidos e instrumentos anteriores, se houver, e alinhamento às propostas institucionais; validação (pré-teste) com o público respondente; elaboração da versão final; validação no setor responsável, na CPA e no Colegiado da Reitoria, se for o caso; inclusão no Sistema de Avaliação Institucional ou estabelecimento de outra forma de aplicação do instrumento no setor responsável.

Ainda quanto ao processo de elaboração do instrumento, um aspecto foi a definição da escala utilizada nas avaliações, resultante de diálogo, revisão de literatura e de diferentes ponderações. Definiu-se o uso de uma escala intervalar com cinco pontos e a alternativa SCO (sem condições de opinar). Essa escala permite a obtenção de resultados avaliados, no mínimo, sob dois aspectos: 1. número ou percentual de satisfeitos; 2. intensidade de satisfação/insatisfação (CREUTZBERG; FREITAS; CASARTELLI, 2008). A validação de instrumentos também integra essa fase de organização, pois se considera que a qualidade dos instrumentos é fundamental para a efetivação dos processos avaliativos. As técnicas utilizadas para avaliar a qualidade dos instrumentos passam pela validação de conteúdo, de critério, de constructo e de estabilidade temporal, além de coeficientes de fidedignidade (BITTENCOURT *et al.*, 2011).

A segunda etapa, o período da “coleta de dados”, é estabelecida de acordo com os grupos envolvidos na avaliação. Antes da disponibilização do instrumento, é realizado um período de sensibilização, com reuniões realizadas pela CTA ou com sua participação para a apresentação dos aspectos envolvidos na avaliação. A divulgação à comunidade acadêmica é realizada por diferentes meios, dentre eles o correio eletrônico, notificação em aplicativos para *smartphone*, pelo site institucional, por redes sociais institucionais. No intuito de agilizar e tornar mais eficiente a autoavaliação foi desenvolvido o Sistema de Avaliações Institucionais (SAI), ao qual se vinculam a maioria dos diferentes instrumentos. O SAI integra as funcionalidades de coleta de dados, por meio da disponibilização dos instrumentos aos diversos públicos envolvidos; disponibilização de relatórios de resultados, com diferentes conteúdos e formatos, de acordo com o perfil estabelecido (alunos, professores e gestores); e disponibilização (*upload* e *download*) de documentos de análise de dados para os diferentes públicos e setores. Algumas avaliações não ocorrem por meio de coleta de dados individual, nem por meio de instrumentos *on-line*, mas sim, por eventos e programas que promovem o debate e a reflexão sobre a universidade.

A terceira etapa, a de “análise dos dados”, é realizada em vários momentos e em instâncias diferentes. Na maior parte dos processos os dados/resultados são gerados automaticamente no SAI e disponibilizados diretamente aos usuários para a análise, como mencionado anteriormente. Em outros processos, mais amplos e com periodicidade com intervalos maiores, primeiramente, a CPA/CTA organiza os resultados quantitativos e qualitativos, realizando uma análise preliminar, da qual resultam documentos para análise das unidades universitárias. Os dados quantitativos da avaliação passam por análise estatística, sendo processados mediante o uso de técnicas descritivas: tabelas de frequência e médias. Já a análise qualitativa dos dados, com base nos comentários inseridos pelos participantes, é realizada por análise textual discursiva (MORAES; GALLIAZZI, 2007), com auxílio de *software*

desenvolvido internamente. A análise temática dos comentários é realizada pela CPA/CTA, por meio de dicionários léxicos próprios, levando em conta categorias pré-definidas e categorias de análise emergentes. Cada pró-reitoria, assessoria ou unidade universitária elege sua própria dinâmica de reflexão sobre os resultados.

A quarta etapa é a “sistematização dos resultados”, feita por meio da elaboração de diferentes relatórios, que têm por finalidade subsidiar a articulação entre a avaliação, o planejamento e a gestão.

A quinta e última etapa dos processos é a “disponibilização dos relatórios”, que se inicia com a divulgação aos participantes dos diferentes segmentos e setores para que os mesmos sirvam de apoio ao Plano Estratégico e ao Processo de Gestão da Unidade Universitária.

No que se refere à organização dos processos avaliativos, os pressupostos éticos das avaliações desenvolvidas na universidade, que incluem a garantia do anonimato dos participantes e a omissão de nomes e dados que possam permitir identificar pessoas nos relatórios disponibilizados para a análise nas pró-reitorias e unidades universitárias.

Destaca-se, como contributivos e avanços necessários à articulação entre avaliação e planejamento:

- **A disponibilização dos resultados na íntegra:** favorece a apropriação dos dados pelas equipes nos setores e mobiliza para seu uso como subsídio na gestão e no planejamento.
- **A elaboração de relatórios de gestão:** o conjunto de dados analisados deve gerar relatórios objetivos, consistentes e confiáveis, a fim de subsidiar a tomada de decisão. Atender a esse aspecto em todas as instâncias da universidade, em virtude do alto volume de dados e da necessidade de balizar com o conjunto de informações geradas no cotidiano da gestão, ainda constitui um desafio e um tópico a ser aperfeiçoado, na análise dos autores.

O fluxo das informações: subsídio para a tomada de decisões

A divulgação e a reflexão sobre os resultados para a gestão e o planejamento são aspectos indispensáveis para que a avaliação se consolide como ferramenta de gestão. A avaliação por si, não garante planejamento, nem conduz à inovação. A não utilização dos resultados tornaria desnecessário o processo avaliativo, que envolve dedicação e investimentos significativos da universidade. O artigo de Luckesi aborda essa relação, quando afirma que a avaliação “é uma aliada de todos que agem. Caso o gestor não utilize os juízos de qualidade estabelecidos pelos procedimentos avaliativos, a avaliação será inócua em todo e qualquer processo, inclusive na inovação. [...] Ela é a base de suas escolhas e de seu agir, sejam quais forem as escolhas ou as decisões” (LUCKESI, 2012, p. 13). Ainda assim, observa-se que esse é um processo de contínuo aprendizado e que exige o fomento e a orientação para que possa ocorrer.

Entre as etapas de avaliação e o uso de seus resultados para o planejamento há um fluxo a consolidar. Para tanto, um aspecto importante é a organização das estruturas e das ferramentas. Assim, em 2014, com o intuito de buscar avanços nesse processo, a ASPLAN, anteriormente Assessoria de Planejamento, passa a denominar-se Assessoria de Planejamento e Avaliação. A área de avaliação nessa assessoria passa a ser ocupada pelo coordenador da CPA/CTA, garantindo, de forma mais efetiva, a integração e a fluidez dos processos. As estruturas - CTA/CPA e ASPLAN - e as ferramentas - SAI e o *Strategic Adviser* (SA) - são os meios de que a universidade dispõe para a operacionalização e o acompanhamento dos processos avaliativos.

A Figura 3 demonstra sinteticamente o fluxo para o uso dos resultados para a gestão e o planejamento. Os resultados, como mencionado na explicitação do método, são analisados pelos setores específicos nas pró-reitorias e assessorias. Estas têm a condição de visualizar a totalidade dos resultados, a relevância dos mesmos e a possibilidade de elencar prioridades no diálogo com as unidades universitárias. Por

outro lado, as unidades universitárias realizam a análise dos seus dados específicos e, a partir da análise crítica, identificam demandas para a gestão e para o planejamento. As demandas para o planejamento devem ser consideradas como preliminares, pois só poderão ser consideradas de forma efetiva e incluídas no planejamento, a partir da discussão com pró-reitorias e assessorias.

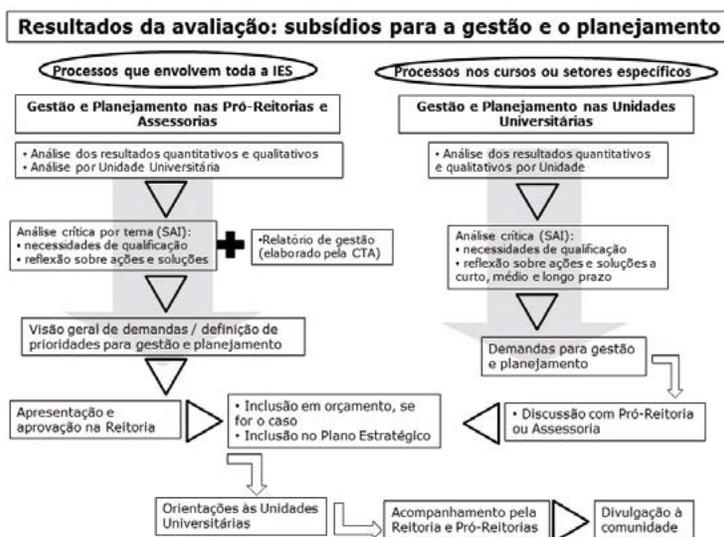


Figura 3. Fluxograma da utilização de resultados da avaliação. PUCRS, 2014

O impacto da avaliação no cotidiano da instituição é perceptível em diferentes ações, sejam elas de âmbito restrito de um setor ou de impacto amplo na comunidade acadêmica. Percebe-se que a avaliação resulta tanto em procedimentos imediatos no cotidiano da gestão como em ações de médio e longo prazo, que necessitam análises mais amplas, decisões institucionais e definição de investimentos.

Assim, acrescenta-se aos contributivos à articulação entre avaliação e planejamento:

- **A organização das estruturas:** a CPA deve ter as condições de infraestrutura e recursos para conduzir, com legitimidade e confiabilidade os processos avaliativos, mas precisa estar articulada às estruturas decisórias para que os processos por ela conduzidos não sejam inócuos.

Considerações finais

Garantir um processo de autoavaliação institucional implantado e que atenda de maneira excelente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional, como previsto pelo critério do indicador Processo de Autoavaliação Institucional (BRASIL, 2014), exige significativo investimento da IES na avaliação. Tanto como integrantes dos setores de planejamento e avaliação da PUCRS, bem como acompanhando a trajetória do PAIUNG, é possível afirmar que esse esforço existe e é fruto do compromisso das IES comunitárias com a sua missão. Por esse motivo - e não somente em atendimento ao SINAES - é desejável que os processos avaliativos efetivamente possam contribuir para o planejamento e para a gestão, com vistas ao permanente aperfeiçoamento da instituição.

Entende-se que os avanços do SINAES e da qualidade da educação superior somente são possíveis com o envolvimento intenso das IES. O atendimento aos indicadores e aos requisitos legais do instrumento de avaliação externa, ora mencionado, além de constituir exigência à existência da IES, constitui instrumento de aperfeiçoamento dos processos internos das instituições.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Hélio R. *et al.* Desenvolvimento e validação de um instrumento para avaliação de disciplinas na educação superior. *Estudos em Avaliação Educacional* (Impresso), v. 22, p. 91-114, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa para os atos de credenciamento.

to, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 24, 4 fev. 2014. Seção 1, p. 5.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Portaria nº 161, de 16 de abril de 2013. Designa composição da comissão para revisão dos instrumentos de avaliação institucional e de polo de apoio presencial na modalidade a distância e para escolas de governo, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior - SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 73, 17 abr. 2013. Seção 2, p. 26.

_____. Portaria nº 224, de 28 de junho de 2012. Designa a composição da comissão de revisão dos instrumentos de avaliação institucional, presencial e EAD, e de polo de apoio presencial na modalidade a distância, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior - SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 125, 29 jun. 2012. Seção 2, p. 26.

_____. Ministério da Educação (MEC). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 72, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4.

_____. *SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 5. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

CREUTZBERG, Marion; FREITAS, Ana Lúcia S.; CASARTELLI, Alam O. *Documento orientador: avaliação de disciplinas da graduação: ferramenta de gestão para qualificar os cursos*. Porto Alegre: PUCRS/ PROGRAD, 2008 (1ª versão, acesso restrito).

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Educação, avaliação qualitativa e inovação - II*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 17, n. 2, p. 455-480, jul. 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2007.